

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JOYCE HELENA FÉLIX

**FAMÍLIA E ESCOLA COMO MEDIAÇÕES NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO
SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Mariana - MG

2018

JOYCE HELENA FÉLIX

**FAMÍLIA E ESCOLA COMO MEDIAÇÕES NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO
SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr. Alexandre Aranha Arbia

Mariana - MG

2018

F316f Félix, Joyce.
Família e Escola como Mediações no Processo de Educação Social de Criança e Adolescente [manuscrito] / Joyce Félix. - 2018.

52f.:

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia .

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Educação - Crianças e adolescentes - Teses. 2. Família - Teses. 3. Escolas - Teses. I. Arbia , Alexandre Aranha . II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU: 37.01

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

**“FAMÍLIA E ESCOLA COMO MEDIAÇÕES NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO
SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”**

JOYCE HELENA FÉLIX

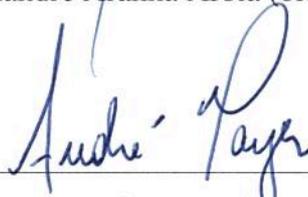
ORIENTADOR (A): Dr. Alexandre Aranha Arbia

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

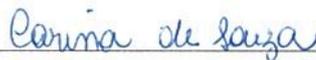
Aprovado em: 17 / 07 / 2018



Dr. Alexandre Aranha Arbia (orientador)



Dr. André Luiz Monteiro Mayer



Me. Carina de Souza

Dedico este trabalho a minha mãe, por todo o amor e dedicação para comigo, por ter sido a peça fundamental para que eu pudesse me tornar a pessoa que hoje sou. A minha família, meu namorado Márcio, em especial minha filha Emanuely pelo carinho e apoio que sempre me deu em todos os momentos que precisei. Amo Vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao longo de quatro anos, foram muitas as pessoas que dividiram comigo a mistura de sentimentos que envolvem o decorrer de uma graduação. Nunca estive só, o caminho foi percorrido coletivamente, por isso, que o estudo aqui apresentado representa um trabalho coletivo. Mesmo não tendo espaço suficiente, reitero que todos foram imprescindíveis durante o processo.

A Deus por ter me dado forças e iluminando meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida, a tua presença foi fundamental para me manter de pé. Aos meus pais, Zélia e José e minha filha Emanuely, pelo amor incondicional, por acreditar em meu potencial torcendo por muito para que essa fase fosse cumprida, só vocês sabem o quanto fui feliz durante esse tempo na graduação, mas também o quanto eu sofri, quantas noites sem dormir, quantas alegrias, mas quantas lágrimas foram derramadas. A vocês minhas eternas gratidões sem vocês sabem que não teria chegado aonde eu cheguei.

Em especial minha mãe, por ser tão dedicada e amiga, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita na minha capacidade, meu agradecimento pelas horas em que ficou ao meu lado não me deixando desistir e me mostrando que sou capaz de chegar onde desejo, sem dúvida foi quem me deu o maior incentivo para conseguir concluir esse trabalho.

A todos meus irmãos que mesmo distantes sempre torceram pelo meu sucesso e realização desse sonho

Ao meu namorado Márcio por todo incentivo, apoio, paciência puxadas de orelhas, compreensão pelos momentos pelo qual não pude dá a devida atenção por conta da demanda de trabalhos da faculdade.

Ao Alexandre Arbia, pelas orientações que contribuíram de forma determinante para minha formação profissional.

Aos amigos (a) que fiz durante o curso, pela verdadeira amizade que por todos os momentos que passamos durante esses quatro anos meu especial agradecimento, sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa.

Aos amigos de perto e de longe, pelas palavras de apoio, orações, carinho, companheirismo e cumplicidade de sempre. Vocês são incríveis!

Aos funcionários da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis(PRACE em especial a Camélia Vaz Penna e a Lucinea de Souza,(supervisora de campo), pelos ensinamentos repassados durante o estágio

Aos meus familiares que apoiaram nessa caminhada, mesmo que distantes.

A professora Carina de Souza e o professor André Mayer por aceitarem o convite para participar da banca examinadora deste trabalho.

Às pessoas maravilhosas que tive a oportunidade de conhecer e conviver entre aulas, estágio, RU, corredores, no Xerox, no ICSA, Seção de Ensino, Desço.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho, meu muito obrigado!

*“A história da sociedade até aos nossos dias
é a história da luta de classes”.*

- Karl Marx

RESUMO

A escola e a família são duas instituições fundamentais na formação educacional da criança e do adolescente. Esse trabalho teve como objetivo central discutir a importância da família no processo de formação social de crianças e adolescentes. Para tanto, buscou-se falar sobre as relações família e escola, relação professor e família, o dever de cada uma diante da educação dos filhos e alunos. Dessa forma, o estudo abordou reflexões no sentido de que a família e a escola compreendam que o trabalho conjunto é importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Palavras-Chaves: Educação; Família; Escola; Relação família escola; Desenvolvimento; Participação.

ABSTRACT

The School and the family are two fundamental institutions in the formation of children and adolescents. This work aims to discuss the importance of the family in the process of social formation of children and adolescents. We sought to talk about family and school relations, teacher and family relationship, the duty of each one before the education of children and students. In this way, the study approached reflections in the sense that the family and the school understand that the joint work is important for the development of the child and the adolescent.

Keywords: Family; Education; School; Family school relationship; Participation; Development.

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MPC – Modo de Produção Capitalista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL	13
1.1 Processo histórico do Ser Social e a relação do trabalho	13
1.2 A alienação do trabalho e o modo de produção capitalista	15
1.3 A Educação na sociedade capitalista	16
2 EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PROCESSO PEDAGÓGICO, A PARTIR DAS ELABORAÇÕES DE IMPORTANTES AUTORES BRASILEIROS	21
2.1 Desenvolvimento histórico da Educação no Brasil.....	21
2.2 A análise da educação pela ótica de significativos autores brasileiros	25
2.2.1 Dermeval Saviani	26
2.2.2 Paulo Freire	28
2.2.3 Gaudêncio Frigotto.....	30
3 COMO FAMÍLIA E ESCOLA PODEM POTENCIAR O PROCESSO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS	34
3.1 A família na formação social da criança e do adolescente	40
3.2 A relação professor/família: O papel do professor e a relação com a família.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

“Para se alcançar a meta da humanização que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das “situações-limites” em que os homens se acham coisificados”.
- Paulo Freire.

Esse trabalho de conclusão de curso (TCC) possui o intuito de analisar a **Família e Escola Como Mediações no Processo de Educação Social de Crianças e Adolescentes**, a participação da família e da escola é de fundamental importância para formação dos indivíduos, sendo que a escola tende a garantir a aprendizagem de conhecimentos e conteúdos específicos, mas para, além disso, precisa trabalhar a socialização dos educandos. A família precisa estar inserida nessa ação para que ambas em conjunto busquem um ensino de qualidade, possam discutir as problemáticas da escola, preparando os mesmos para atuar na sociedade, em conjunto com os demais indivíduos ensinando-os a fazerem uma leitura crítica da realidade dentre outras questões.

A educação é direito de todos e dever do Estado e família, assim como também como o acesso e permanência na escola, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990). Porém é preciso atentarmos para a questão que nem sempre a educação é acessível a todas as camadas da sociedade de forma igualitária, pois o poder que uma classe exerce sobre a outra está inserida na sociedade capitalista. Tal nega o direito a educação aos sujeitos. Segundo a Lei de diretrizes e base da Educação –LDB- e função social do Estado garantir a educação de qualidade aos brasileiros.

Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, s/p).

Entretanto, é necessário analisar se esta função pode ser garantida, uma vez que ela se encontra se interligada ao Capital.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente no Capítulo IV, no parágrafo único (BRASIL, 1990) está previsto que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990, s/p).

Dessa forma ao pesquisarmos sobre este tema é nítido abordarmos o capital, pois ele demarca a questão social e as suas expressões no que tange esta pesquisa.

A questão social é indissociável da sociedade capitalista, uma vez que esta é dividida em classes antagônicas onde os capitalistas detêm os meios de produção e a outra classe só dispõe da sua força de trabalho para vender, o que resulta na exploração do trabalho e no surgimento das expressões da questão social.

A classe hegemônica está diretamente ligada ao acesso sobre a educação que é fornecida no país, tudo está vinculado aos seus interesses de manter uma ideologia de dominação através da exploração da força de trabalho que, por sua vez, gera lucro, viabilizando assim, o seu principal objetivo que é a manutenção da ordem societária capitalista. É através da educação, que os sujeitos se tornam participantes, questionadores e conhecedores de seus direitos. Segundo Mészáros (2008, p. 27):

Mudar o modelo educacional às margens do capital, significa limitar de uma só vez o objetivo de uma transformação social qualitativa e emancipatória. Por isso, é mais que justo é necessário, para os que buscam um novo modelo de sociedade, acumular força para enfrentar o desafio de romper com os grilhões da lógica incorrigível do padrão educacional burguês e ainda coloca-se como imperativo a necessidade de debater os direcionamentos que as políticas educativas na América Latina têm tomado na atualidade.

Sendo assim, é preciso repensar algumas estratégias e alternativas no sentido de romper com a lógica do capital, a fim de que haja uma auto mudança na consciência dos sujeitos numa perspectiva de uma construção de uma nova ordem social onde a educação não seja mediada pelo capital, ou seja, que as relações não sejam determinadas pela produção de mercadorias, pela exploração da força de trabalho dentre outras questões. Somente quando os sujeitos têm a consciência de que é preciso romper com essa ordem é que podemos avançar na busca por uma emancipação humana na sociedade.

1 EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

1.1 Processo histórico do Ser Social e a relação do trabalho

É impossível pensar no processo histórico da formação do ser social se ignorarmos as formas que vão conceituar esses processos, ao entendermos o processo histórico, é possível entender o conflito entre burguesia e proletariado.

Os primeiros grupos humanos tinham uma condição de existência bem degradante, eram necessários muitos esforços para conseguir o mínimo de condições de subsistência, sendo assim as atividades eram comuns entre eles, como a caça e pesca e muitas das vezes conseguiam somente o imediato para sua sobrevivência e ainda era dividida por todos aqueles grupos de pessoas, uma relativa igualdade generalizada. De acordo com Netto & Braz (2012, p. 46. Grifos do autor):

O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando seus sujeitos e a sua organização. O trabalho através do qual o sujeito transforma a natureza (e na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social.

Ainda segundo Saviani (1994), durante esse período, em que o homem ia aperfeiçoando suas ferramentas e instrumentos de trabalho, não havia classes, as atividades eram feitas em comum, aperfeiçoando assim o trabalho a cada dia e dessa mesma forma eles educavam os filhos, através do manuseio das ferramentas, lidando com a natureza. Assim os homens se educavam e educavam as novas gerações no decorrer do tempo. Devido a esse aperfeiçoamento dos instrumentos, os resultados da ação desses homens sobre a natureza permitiram que os mesmos ultrapassassem a produção necessária, modificando assim a conjuntura de organização do modo de produção.

O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, mais essa transformação deveu-se a sua própria atividade, o trabalho: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural, desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza (NETTO; BRAZ, 2012, p. 49).

Dessa forma Netto e Braz (2012) discorreram sobre a formação do ser social através da categoria trabalho; para os autores, tal processo é que caracterizou o homem como um ser dotado de capacidade teleológica. Esta o possibilita a fazer escolhas e com ela a transformar a realidade.

Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX *apud* NETTO; BRAZ 2012, p. 43).

A mediação entre homem e natureza é o trabalho, como comentado linhas acima, sendo assim ele é a principal mediação que faz o homem constituir-se em um ser social. O trabalho é teologicamente projetado na mente do trabalhador antes de ser desenvolvido na prática, e é realizado sempre de forma coletiva, uma vez que os sujeitos não vivem isolados.

O ser social é a síntese dessas determinações estruturais. Só ele é capaz de agir teologicamente, só ele se propõe finalidades e antecipa metas, em suma só ele dispõe da capacidade de projetar. Só ele cria produtos e artefatos, representações e símbolos que ganham objetividade na medida em que se concretizam projetos e, assim têm uma existência que transcende a existências singulares dos seus criadores (NETTO; BRAZ, 2012, p. 53).

O trabalho é a ação que mediatiza a necessidade do homem, pois ele é o elo que norteia as relações sociais. Tais relações perpassam pelas condições existenciais em que o ser social está inserido. Neste sentido, Lukács (1978, p. 05) argumentou que:

Contudo não seremos capazes de captar sua especificidade se não compreendermos que um ser social só pode surgir e desenvolver, sobre a base de um ser orgânico e que esse último possa fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico.

De acordo com Lukács (1978), os homens só podem existir se tiverem uma relação de confronto com a natureza. Essa mediação entre eles faz com que a sociedade exista. O homem é transformado pela natureza e esta também o transforma. Sendo assim este processo dialético é analisado por Lukács (1978, p. 06) levando em conta que,

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo ontologicamente a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada, porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, é transformada de maneira consciente, e ativa, o trabalho torna-se simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário

precisamente ao plano ontológico, converte-se no modelo da nova forma de ser em conjunto.

Nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, Marx (2010) salienta que o trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana. Mas trabalho, sob os auspícios da produção capitalista, traz em si a impossibilidade de suplantação do estranhamento humano, uma vez que o controle é determinado pela necessidade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada.

Diante de tais considerações pode-se perceber que Marx (2010) chama atenção que o produto não pertence ao produtor, existindo, assim, certo estranhamento onde se tem uma perda de si da própria vida, ou seja, a própria vida se transforma na natureza, no objeto. Essa relação social já não é somente de riquezas, mais também implica a vida das pessoas. Marx destaca que no capitalismo, com a separação do trabalhador com os meios de produção, estabelece uma relação de dependência entre trabalhador e capitalista, ou seja, o trabalhador fica cada vez mais aprisionado ao capitalista, sofrendo assim um desgaste físico, diante do trabalho executado e muitas das vezes da intensificação das horas trabalhadas.

Com o desenvolvimento do capitalismo e suas transformações, o trabalhador se vê cada vez mais alienado no processo de produção, e da mesma forma vem sendo cada vez mais explorado, ganhando um salário que não corresponde ao que ele produz e através do qual ele não consegue sequer sobreviver. “O trabalhador perde o trabalho, o saber, e conseqüentemente submete-se ao poder pernicioso do capitalismo” (MARX, 2010, p. 79).

Neste caso, “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. Ele torna-se uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria ele cria” (MARX, 2010, p. 80).

1.2 A alienação do trabalho e o modo de produção capitalista

O Modo de produção Capitalista revela a existência de duas classes fundamentais sendo os capitalistas (burgueses) e os trabalhadores (proletários). O capitalista detém os meios de produção e os proletários vendem sua força de trabalho. A luta de classes, desde os primórdios dos tempos, está presente nos sistemas societários. Nela perpetuam projetos de

classes diferentes: de um lado, a classe detentora de única fonte de riqueza a sua força de trabalho, e de outro, aqueles que podem pagar por ela. Segundo Marx (2010, p. 25), “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de efetivar sua atividade”.

Neste caso, esta luta perpassa pelos limites que esta sociedade o impõe. O capitalista visa o lucro, explorando o trabalhador a fim de extrair-lhe mais valia por meio do trabalho explorado. Para que isso se materialize, ele terá que vender a sua força de trabalho por um mísero preço, para garantir sua existência dentro deste modelo antagônico, isto é, as relações sociais entre ele e o capital perpassam pela coisificação das relações. Esse é o caso para se analisar o trabalho e a educação, bem como, a mediação com a família em que os educandos estão inseridos. Desta forma avançaremos no próximo capítulo para compreender como estas relações se dão no processo educativo.

1.3 A Educação na sociedade capitalista

A educação na sociedade capitalista se constitui como estratégia do capital voltada a atender os interesses dos capitalistas, alienando os sujeitos, uma educação aos moldes do mercado de trabalho, com a intenção de dominação desses sujeitos. Sendo necessária a conscientização dos mesmos em busca de uma emancipação humana. Mészáros (2008) sustenta que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educandos e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, a educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico (MÉSZÁROS, 2008).

De acordo com Mészáros (2008, p. 59):

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência, e também na própria realidade, porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma

intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social.

Segundo o autor, é necessário pensarmos em um modelo de educação para além dos moldes do capital, onde os sujeitos tenham uma intervenção consciente nesse processo de rompimento, pois o capitalista rouba o direito de pensar dos sujeitos, é preciso libertar os sujeitos dessa lógica do capital, levando-os a compreender que é possível transformar essa sociedade e romper com a lógica que está sendo imposta pelo capital. Para Mészáros (2008, p. 65) “o papel da educação é soberano, tanto na elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente”.

É preciso que a educação esteja interligada a elaboração de propostas no sentido de uma transformação social onde os sujeitos possam romper com a lógica do capital, conscientes assim da importância de se ter uma educação para além do capital. Diante do exposto e, de acordo com Mészáros (2008, p. 72),

A alternativa concreta a essa forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a automeiação, na sua inseparabilidade do autocontrole e da auto-realização através da liberdade substantiva e da igualdade numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados.

A nossa consciência está imersa nas relações sociais, ou seja, tudo se torna naturalizado na ordem do capital; é preciso, contudo, ver para além da aparência, contribuindo assim para uma possibilidade emancipadora de educação. De acordo com o autor, “nenhum desses objetivos emancipadores é concebível sem a intervenção mais ativa da educação, entendida na sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá para além dos limites do capital” (MÉSZAROS, 2008, p. 73).

Para Mészáros (2008), a universalização da educação só poderá, por assim dizer, ocorrer com a universalização do trabalho, ambas as dimensões são indissociáveis. Pois, a gravidade e interferências interpostas pelo capital, descritas acima, expressadas no processo de extraordinária concentração de renda, generalização do desemprego e do pauperismo, tornando inviáveis meras reformas educacionais, uma vez que estas não sedimentariam a erosão da sociedade de classes, isto porque, as determinações fundamentais e basilares do sistema capitalista são irreformáveis, por isso a necessidade de se pensar uma educação para além dos moldes e da ótica do capital.

O autor salienta que as soluções não podem ser apenas formais: elas devem ser essenciais, ou seja, a educação institucionalizada não serve apenas para proporcionar o conhecimento e o pessoal necessário ao funcionamento da imensurável máquina mortífera produtiva em expansão do capital, como gerar, legitimar, consolidar e transmitir quadros de valores que legitimam a coesão do sistema dominante. Contudo, dentro da perspectiva de Mészáros (2008, p. 45), aprende-se que “a educação vigente (burguesa) produz conformistas, indivíduos que são ensinados a não questionar e a obedecer de forma consensual às regras estabelecidas pela ordem do capital”.

Não obstante, dialogando com Paracelso, Mészáros (2008, p. 47) não discorda de sua proposição quando o mesmo expressa que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte, ninguém passa dez horas sem nada aprender”.

Com tais indagações, Mészáros (2008) evidencia que devemos estar atentos sobre o significado da educação na ordem dos monopólios. Segundo o autor, apenas a mais ampla concepção de educação e as lutas conscientes dos sujeitos coletivos podem perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos que subsidiem no rompimento com a lógica mistificadora e fantasiosa do capital.

É importante salientar que acreditar, convictamente, que só é possível para a educação estar no centro do processo de emancipação humana se ela estiver, já, no centro do próprio processo de produção e reprodução da vida social dos seres humanos. Pode se deprender deste ponto, a indissociabilidade que a educação tem da categoria trabalho, este no seu caráter de elemento estruturante de todo o processo de produção e reprodução da humanidade.

Freire (1996, p. 47), por sua vez, compreende adicionalmente que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”. A educação deve ser um processo contínuo, permanente, e é necessário que haja uma intervenção e transformação na sociedade onde seja um trabalho conjunto entre alunos e educadores, levando os a ter um pensamento mais crítico da realidade, propondo mudanças e estratégias para que o sistema capitalista não continue alienando e nem moldando os sujeitos para o mercado de trabalho.

“A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos”. A tarefa coerente do educador que “pensa certo” exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir e desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica a produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e

que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico (FREIRE, 1996, p. 38).

Diante do exposto acima é possível compreender que o educador precisa fazer uma construção diária com seu educando levando-o a fazer uma análise crítica da realidade, para que os educandos sejam curiosos, indagadores, sobretudo para busquem estratégias para intervir na realidade. De acordo com Freire (1987, p. 17):

Quem melhor que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mais pela práxis de uma busca, pelo conhecimento e reconhecimento de lutar por ela.

Segundo Freire (1987), os oprimidos sabem o significado terrível de uma sociedade opressora, porque eles não tinham consciência do quanto eles eram oprimidos pelos opressores, a partir do momento em que eles tomam conhecimento dessa opressão, eles começam a reconhecer que é preciso buscar a libertação, essa ação se dá em conjunto com os demais sujeitos, ou seja, somente coletivamente eles conseguem se organizar e se libertarem dos opressores.

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais. A reflexão e ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem. Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática (FREIRE, 1987, p. 52).

Segundo o autor, é somente através da reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas que é dada a possibilidade real da transformação social. Essa reflexão precisa acontecer de forma coletiva e não isoladamente, para que juntos se conscientizem e encontrem alternativas para a transformação da sociedade.

Segundo Freire (1987, p. 34), “o educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca”. O educador, em sua prática na qual o educando não pode manifestar sua opinião, seja ela crítica ou não, ou até mesmo desenvolver seu pensamento fazendo uma junção da realidade que se vive na sociedade, não está contribuindo em nada na formação desse sujeito, pois cada vez mais será somente o ouvinte e se tornando assim mais alienado, diante de tudo

aquilo que é dito, e que não se pode contestar, ou seja, há certa dominação do educador em relação aos educandos.

Não é de se estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores deles. Como sujeitos (FREIRE, 1987, p. 34).

O próprio sujeito deve fazer uma reflexão da realidade que está sendo vivenciada, em sala de aula trocando conhecimentos, ou seja, dialogando ambas as partes, educador-educandos, para a transformação e construção de uma sociedade menos opressora, e por uma educação de qualidade e libertadora, onde todos possam interagir no processo educacional, contribuindo assim para o crescimento intelectual e cognitivo, rompendo com essa ordem que está sendo imposta. É importante salientar que, para o autor:

A educação “bancária”, em cuja prática se dá a inconciliação educador-educandos, rechaça este companheirismo. E é lógico que seja assim. No momento em que o educador “bancário” vivesse a superação da contradição já não seria “bancário”. Já não faria depósitos. Já não tentaria domesticar. Já não prescreveria. Saber com os educandos, enquanto estes soubessem com ele, seria sua tarefa. Já não estaria a serviço da desumanização. A serviço da opressão, mas a serviço da libertação (FREIRE, 1987, p. 40).

Podemos concluir, -“para que o homem se torne um sujeito livre é necessário que ele conquiste por seu próprio esforço e em conjunto com os demais companheiros oprimidos sua libertação, como relata o Freire “ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho”“. (FREIRE, 1996, p. 35).

2 EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PROCESSO PEDAGÓGICO, A PARTIR DAS ELABORAÇÕES DE IMPORTANTES AUTORES BRASILEIROS

2.1 Desenvolvimento histórico da Educação no Brasil

O objetivo desse segundo capítulo é o de trazer um breve panorama sobre a história da educação no Brasil. Em seguida, apresentar as concepções de importantes autores brasileiros sobre a educação, mais especialmente Demerval Saviani, Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, para, finalmente, passar ao terceiro capítulo e compreender como família e escola podem potencializar o processo educacional de crianças e jovens brasileiros.

Para fazermos uma reflexão sobre a história da educação, faz-se necessário trazer algumas informações dos períodos históricos e de como se deu esse processo e quais foram às transformações obtidas no que tange a história da educação no Brasil.

O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas 'Aulas régias' instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas descontínuas e intermitentes, de organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados, na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto (1931-1961) se define pela regulamentação em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos nossos dias, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional, abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada aos quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005, p. 12).

De acordo ainda com Marcílio (2005, p. 03):

Ao longo de quase quatro séculos, abarcados, portanto, os quatro primeiros períodos, as instituições escolares no Brasil constituíram um fenômeno restrito a pequenos grupos. Foi somente a partir da década de 1930 que se deu um crescimento acelerado, emergindo, nos dois últimos períodos, a escola de massa. Assim, quando se deu a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,15% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas.

Ainda segundo Gadotti (1997, p. 01), os historiadores costumam dividir em três períodos distintos a história da educação brasileira:

1º) do descobrimento até 1930: período em que predominou a educação tradicional, centrada no adulto e na autoridade do educador, marcadamente religiosa, e o ensino privado; 2º) de 1930 a 1964: depois de uma fase de confronto entre o ensino privado e o ensino público, predominam as ideias liberais na educação com o surgimento da "escola nova", centrada na criança e nos métodos renovados, por oposição à educação tradicional. 3º) o período pós-64, iniciado por uma longa fase de educação autoritária dos governos militares, em que predomina o tecnicismo educacional. Depois de 1985, tem início uma transição que dura até hoje, revelando o enorme atraso em que o país se encontra em matéria de educação para todos. No período populista (1930-1964), o Estado era permeável à certas reivindicações da população por conta dos compromissos eleitorais do sistema de representação. Já o período pós-64, foi marcado pelo distanciamento entre Estado e Sociedade, com o fim das eleições, o fechamento do Congresso Nacional, não favorecendo o desenvolvimento educacional.

É possível afirmar que durante esses três períodos o sistema educacional brasileiro pouco avançou no que diz respeito à superação de uma educação tradicional, centrada no adulto e na autoridade do educador, e também as ideias liberais. Segundo Bittar e Bittar (2012, p. 02):

De fato, durante o período de 1930 a 1964, ocorreram várias reformas educacionais no Brasil sem que fosse resolvido o secular problema do analfabetismo e da garantia de pelo menos quatro anos de escolaridade para todas as crianças, fato que evidencia a forma como o Estado Nacional conduziu a política educacional da época.

De acordo com a autora, é possível perceber que houve várias reformas, porém sem sucesso no sentido de resolver o problema do analfabetismo e da garantia da escolaridade desses sujeitos. Vale ressaltar que só em meados do século XX o processo de expansão da escolarização básica no país começou e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Segundo Gadotti (1997, p. 01):

A partir de 1985 com a democratização do país, esperava-se maior avanço na solução do atraso educacional. Mas isso não ocorreu. A Constituinte convocada no ano seguinte e instalada em 1987 conseguiu reunir a contribuição da maioria dos setores organizados da sociedade, quer públicos, quer privados, para debaterem os problemas educacionais e encaminharem os princípios básicos de um novo plano de educação para o país, que pudesse por fim ao analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. Esses princípios estão na Constituição promulgada dia 5 de outubro de 1988, mas ainda não foram traduzidos na prática.

A promulgação da Constituição no dia 05 de outubro de 1988 e da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), foi fruto da mobilização da comunidade educacional, que tinha por objetivo erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. De acordo com Gadotti (1997, p. 01):

Pela Constituição de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família. Ela visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. O ensino deve ser ministrado levando em conta a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, o pluralismo de ideias, a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais do ensino, a gestão democrática e o padrão de qualidade. O ensino no Brasil é livre à iniciativa privada desde que cumpra as normas gerais da educação nacional estabelecidas em lei. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, devem organizar seus sistemas de ensino em "regime de colaboração" (Art. 211 da Constituição). A União organiza e financia o sistema federal de ensino prestando assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios, que devem atuar prioritariamente no atendimento à escolaridade obrigatória.

A partir da Constituição Federal de 1988, tem-se uma nova proposta para a educação, que visa a garantir direitos que antes não eram concebidos a todas as camadas da população. A partir da Constituição Federal de 1988, em seu capítulo voltado para a educação, são criadas condições para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996, se constitua através do Estado e municípios como um sistema único de educação.

O direito a educação, além de sua garantia constitucional, está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei no 8.069, aprovada em 13 de julho de 1990, que expressam e reafirmam sobre a obrigatoriedade e gratuidade no oferecimento da educação. No art.22 da LDB estão estabelecidos os fins para a educação básica: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, s/p). Segundo Gadotti (1997, p. 16):

O princípio de que a educação é dever do Estado, não implica no imobilismo da população e de cada indivíduo: a educação é também dever de todos, pais, alunos, comunidade. Com essa mobilização da população em defesa do ensino público, é possível pressionar ainda mais o Estado para que cumpra o seu dever de garantir a educação pública, gratuita e de bom nível para toda a população. Uma população acostumada a receber um bom serviço se mobilizará para continuar a tê-lo.

Para que os sujeitos tenham a garantia de seus direitos é fundamental a presença de um Estado forte para o desenvolvimento social, sendo que em muitos casos esses direitos não são garantidos e não há um cumprimento do Estado com a sociedade, diante dessa questão é preciso que cada vez mais a sociedade se mobilize e pressione o Estado no sentido de garantir acesso a educação a todas as camadas da população. Proporcionando assim uma educação de qualidade e diminuindo o índice de evasão e repetência nas escolas.

De acordo com Gadotti (1997, p. 14),

Graças a grandes mobilizações populares em torno do direito à educação, hoje, o acesso à educação básica está garantido para a maioria da população, mas não a qualidade. Persiste ainda uma cultura da repetência em nossas escolas: de cada 100 crianças que entram na 1ª série, apenas 4 terminam a 8ª série sem nenhuma reprovação.

Para falarmos da história da educação no Brasil é necessário falarmos da situação do país no que diz respeito às condições socioeconômicas. Pois a educação se configura como ato político e está associada à sociedade no qual os sujeitos estão inseridos. A configuração da sociedade de classes, cujos interesses são antagônicos, levará a educação a atender aos interesses de uma ou de outra classe. Por isso é preciso que os trabalhadores tenham consciência do quanto os mesmos são explorados e alienados e assim reafirmem a luta pela transformação da sociedade em que estão inseridos. Gadotti (1997, p. 16) sustenta a ideia que:

Não mudamos a história sem o conhecimento, mas temos que educar o conhecimento e as pessoas para se tornarem sujeitos da sua história e intervirem no mercado como sujeitos e não como povo sujeitado, massa de manobra da lógica interna da razão econômica. O mercado precisa estar submetido à cidadania. A escola não distribui renda, mas distribui conhecimento que é poder. Escola cidadã é aquela que coloca o conhecimento - capital intelectual tão importante quanto o capital financeiro - nas mãos de todos, principalmente dos excluídos e forma o cidadão completo, competente, solidário, não apenas o cidadão competitivo, como quer a educação burguesa.

Diante do exposto, é possível afirmar que é preciso que os sujeitos tenham consciência dos seus direitos, e através desse conhecimento sejam transformadores da sua própria história e não sejam sujeitos moldados somente para o mercado de trabalho, mas sim sujeitos atuantes na sociedade reafirmando a luta pela transformação da sociedade indo contra os interesses da classe dominante.

Nesse sentido, afirma Nosella (2011, p. 1062):

Para nós, a grande questão é a seguinte: como priorizar na escola média brasileira a dimensão da formação para a autonomia, quando a liberdade para a maioria é tão exígua? Como proteger o direito dos adolescentes a um tempo justo de “indefinição profissional ativa e heurística”, quando, de um lado, a minoria de jovens da classe dirigente usufrui de inúmeros anos de formação e “indecisão” profissional, enquanto, de outro lado, a imensa maioria para sobreviver é forçada a uma definição profissional precoce? A resposta a essa problemática passa pela luta política que visa tornar a sociedade mais justa e igualitária e, ao mesmo tempo, pela defesa de concepções e práticas pedagógicas que fortaleçam o ensino médio unitário não profissionalizante e para todos.

Segundo a autora, é possível compreender que mesmo diante do entendimento que a educação é um direito social que está garantido pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Base da Educação, ainda assim temos vários sujeitos sem a liberdade sequer de escolherem a própria carreira profissional, enquanto uma minoria de jovens das classes dominantes possui muito tempo para formação e preparação. É preciso que a sociedade se organize no intuito de lutar por uma sociedade mais justa e democrática, onde todos tenham as mesmas oportunidades e direitos e por um sistema educacional emancipador.

Nesse sentido, é possível afirmar que foi através da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases que se teve um avanço na Educação de forma a considerar como obrigação do Estado proporcionar aos sujeitos o acesso à educação, entretanto é possível observar que nem sempre esse direito é garantido a todas as camadas da sociedade.

Nos dias atuais, ainda é possível deparar com a realidade de muitos cidadãos brasileiros que, pertencentes à classe trabalhadora, não conseguem ter garantida sua permanência nas instituições de ensino. Assim, é necessário um acompanhamento da família no sentido de uma participação ativa e crítica, buscando a garantia de seus direitos e de uma sociedade mais justa para todos.

Dentro dessa perspectiva o próximo tópico irá abordar a concepção de educação para alguns autores brasileiros.

2.2 A análise da educação pela ótica de significativos autores brasileiros

Deve-se partir, agora, para uma sumária análise das proposições de significativos autores que pensaram sobre a relação entre educação e trabalho, desde um nível mais alto de generalização, até mesmo à concretude das ações no cenário brasileiro. Sob este aspecto, as contribuições de autores como Dermeval Saviani Paulo Freire e Gaudêncio Frigotto merecem uma rápida abordagem, a qual, obviamente, não visa a esgotar a complexidade de suas

elaborações, mas apenas apontar minimamente os aspectos mais importantes de suas contribuições. É o que se fará a seguir.

2.2.1 Dermeval Saviani

Para Saviani (1994), a educação está ligada à origem humana, no modo de produção primitivo, para o autor, a educação acontecia através dos ensinamentos do trabalho, ou seja, de geração para geração, as pessoas aprendiam trabalhando, executando e transformando a matéria prima. E, para que o homem possa continuar existindo, ele precisa estar constantemente produzindo sua própria existência através do trabalho, cotidianamente:

Inicialmente, prevalecia o modo de produção comunal, o que hoje chamamos de "comunismo primitivo". Não havia classes. Tudo era feito em comum: os homens produziam sua existência em comum e se educavam neste próprio processo. Lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações. A medida que ele se fixa na terra, que então era considerada o principal meio de produção, surge a propriedade privada. A apropriação privada da terra divide os homens em classes (SAVIANI, 1994, p. 02).

Segundo Saviani, com o surgimento da propriedade privada e da apropriação da terra onde divide os homens em classes, o processo educativo começa a se dar nas instituições denominadas escolas, e não mais no processo onde os homens iam aperfeiçoando as ferramentas e ensinando uns aos outros. Diante desse novo processo de educação as relações deixam de ser naturais e se tornam relações sociais.

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a (SAVIANI, 1994, p. 02).

A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho, ou seja, havia uma discriminação onde os que tinham tempo livre eram instruídos nas chamadas “escolas” e os que não tinham o tempo ocioso eram

instruídos no trabalho manual, sendo assim também uma relação entre escola e produção. Para Saviani (1994, p. 06):

A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais.

De acordo com Saviani (1994) é possível afirmar que a educação das massas se limita a uma instrução mínima, sendo a todo tempo moldada somente para o mercado de trabalho. Sendo assim, é de suma importância que os sujeitos tenham um senso crítico da realidade no qual eles vivem, contudo é possível perceber que essa forma de educação atinge diretamente os interesses da sociedade detentora dos meios de produção, ou seja, a educação continua transmitindo valores, modificando comportamentos, conhecimentos, mas vale ressaltar que tudo isso envolvendo interesses da classe dominante. Pois com o advento da sociedade capitalista e a divisão de classes, esse trabalhador não tem acesso a uma formação intelectual, pois essa se restringe somente aos setores dominantes. Saviani (1994) aponta a seguinte crítica ao exposto anteriormente:

Se examinarmos as palavras originárias de campo, como por exemplo *rus*, palavra latina que designa campo, temos então *rústico*, *rude*, para designar algo atrasado, não desenvolvido. E se tomarmos a palavra *agros*, que em grego significa campo, vamos ter *agreste*, *acre*, que significa algo agressivo, que não tem boas maneiras, que não é polido, que não é civilizado. Estas referências sugerem, então, uma contraposição entre uma sociedade baseada na cidade e na indústria, desenvolvida, por oposição a uma sociedade agrária baseada no campo, que sugere algo atrasado, pouco desenvolvido.

A escola está ligada a este processo, como agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados, que corresponde à vida nas cidades. E a isto também está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. Significa formar para a vida na cidade, para ser sujeito de direitos e deveres na vida da sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria. O que tivemos com este processo? Que a forma escolar emerge como forma dominante de educação na sociedade atual. Isto a tal ponto de que a forma escolar passa a ser confundida com a educação propriamente dita. Assim, hoje, quando pensamos em educação, automaticamente pensamos em escola. E por isso que quando se levantam bandeiras em prol da educação, o que está em causa é o problema escolar (SAVIANI, 1994, p. 06).

A atribuição que se dá à educação nos tempos atuais, segundo Saviani é através da escola, ou seja, que é uma forma desenvolvida de educação, mas quando se fala da educação na idade média onde os homens se educavam e educavam as novas gerações, quando as

relações dos indivíduos se davam por meio da transformação da natureza, da troca de experiências, conhecimentos e práticas, atribui-se a essa forma de educar como uma educação informal. Assim, segundo Saviani (1994, p. 06):

Isto nos permite compreender por que assistimos hoje em dia a uma verdadeira hipertrofia da escola. Em outros termos: tende-se a considerar e a atribuir a escola tudo aquilo que é educativo; a escola tem que absorver todas as funções educativas que antes eram desenvolvidas fora da escola, já que hoje há uma tendência a esperar que as mesmas sejam desenvolvidas dentro da escola.

Por fim, é possível perceber que a escola acaba subordinando as outras formas de educação, ou seja, pois começa a atribuir a escola tudo aquilo que é educativo, estabelecendo uma exigência de qualificação específica ao homem.

2.2.2 Paulo Freire

Paulo Freire e Ivan Illich (1975) expressam que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar em contínua ampliação, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. Ele que sempre acreditou na capacidade criadora dos homens e mulheres, e pensando assim é que apresenta a escola como instância da sociedade. Paulo Freire diz que “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade” (FREIRE; ILLICH, 1975, p. 30)

Nesse sentido é possível perceber que a escola precisa ser um espaço onde os sujeitos possam fazer uma leitura crítica da realidade no qual estão vivendo, que se tenha muito diálogo entre as partes educador e educando, ampliação do conhecimento e dos conteúdos aprendidos, o homem é um ser inacabado, por isso tem sempre a capacidade de aprender mais e de mudar a realidade da sociedade.

Desta forma, exige-se a compreensão da sociedade em que se está inserido, buscando a permanente análise da estrutura social, política e econômica, a compreensão da educação no contexto de crianças, adolescentes, jovens e adultos trabalhadores. No desejo por uma educação de qualidade, exigindo a intencionalidade de uma educação democrática, séria, comprometida com as expectativas da educação popular. Capaz de permitir, antes da leitura da palavra, a leitura do mundo pelo reconhecimento crítico da realidade. Ler o mundo é, para Paulo Freire, a possibilidade de decifração, interpretação crítica e analítica das situações limites, a partir da percepção do indivíduo e da maneira como este

aprendeu a se relacionar no mundo e com o mundo (SCHRAM; CARVALHO, S/D, p. 11).

É através da relação das pessoas com outros indivíduos é que se podem adquirir novos conhecimentos, fazer uma reflexão crítica da realidade, pensar o mundo a sua volta, ajudando esses sujeitos a alargar seus conhecimentos para além da sala de aula, podendo assim fazer uma interpretação, não apenas através da escrita, mais sim uma leitura do mundo no qual está inserido. É pela aprendizagem nas relações com os outros que se constroem os conhecimentos que permitem o desenvolvimento dos indivíduos.

Para Freire, a escola se apresenta como local privilegiado à libertação, pois é pela possibilidade de debater, discutir, dialogar que se alcançará a compreensão sobre a realidade circundante, e assim, ser possível, escrever a história das mudanças e das transformações (SCHRAM; CARVALHO, S/D, p. 11).

Para que esse espaço da escola seja um local de diálogo é necessário que o educando seja participativo, pois o diálogo é um instrumento primordial na vida dos sujeitos, uma vez que desperta a consciência crítica dos educandos, auxiliando os nas tomadas de decisões e na compreensão da realidade, a fim de transformá-la.

Compreender a educação como transformação social, pressupõe ver o homem não como mero reservatório, depósito de conteúdos, mas sujeito construtor da própria história e em consequência, capaz de problematizar suas relações com o mundo. A relação professor-aluno, para Paulo Freire, deve partir do reconhecimento das condições sociais, culturais, econômicas dos alunos, suas famílias e o seu entorno (CARVALHO; SCHRAM, S/D, p. 07).

Diante do exposto acima é possível compreender que através da educação o homem pode se tornar sujeito de sua própria história, fazendo uma interlocução com o conhecimento adquirido na escola e sua experiência de vida, ou seja, é somente com uma consciência crítica da realidade que esses sujeitos irão conseguir mudar a sua história.

Paulo Freire traz para a escola o princípio da relação professor-aluno. Muitas vezes, como em nossa vida social, tem se apresentado também, envolvida pelo autoritarismo, a ausência do diálogo, exigindo de toda a aprendizagem da democracia, através da dialogação entre alunos, pais e professores, transformando a vida escolar em assunto de todos os envolvidos, assim como a vida política é assunto de toda a sociedade. Para tanto, propõe uma educação transformadora, educação para a democracia pela participação de todos, calcada no homem livre, racional, capaz de promover mudanças através do consenso entre grupos e classes sociais, por meio de reformas histórico-culturais, ou seja, no pensar a realidade do trabalho humano como uma obra de cultura, um ato cultural (CARVALHO; SCHRAM, S/D, p. 05).

A escola precisa ser um local onde haja diálogo entre os educadores e educandos, sendo que a participação da família é fator primordial, pois é através da aproximação da família e de toda a comunidade que é possível uma educação transformadora, tendo sujeitos conscientes de seu papel na sociedade, lutando pela democratização, para que a educação seja um instrumento de libertação e autonomia, onde todos aprenderão juntos. Para tanto é necessário que a escola considere a realidade da comunidade na qual está inserida, é preciso que se mobilizem todas as pessoas da comunidade escolar, pois quando os problemas são discutidos com todos é possível transformar a realidade dos sujeitos que estão inseridos nesse espaço de aprendizagem.

E a que, em lugar de negar importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares na escola, se aproxima dessas forças com as quais aprende para a elas poder ensinar também. É a que entende a escola como um centro aberto à comunidade e não como um espaço fechado, trancado a sete chaves, objeto de possessivismo da diretora ou do diretor, que gostariam de ter sua escola virgem da presença ameaçadora de estranhos. É a que supera os preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substantividade democrática (FREIRE, 1993, p. 103).

É fundamental que a participação dos pais e de toda comunidade na escola, seja entendida não como uma presença ameaçadora, mais sim como presença que traga pra essa escola a realidade vivenciada por ambos, para que juntos possam propor melhorias na educação, uma educação onde tenha a participação de todos nas tomadas de decisões, capaz de promover mudanças através do diálogo com a classe social, buscando alternativas para a transformação da realidade.

2.2.3 Gaudêncio Frigotto

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 03):

A escola representa um importante papel na consolidação da hegemonia burguesa em relação à sociedade feudal e ao poder da igreja e do Estado absolutista. Ela nasce como uma instituição pública, gratuita, universal e laica que tem ao mesmo tempo, a função de desenvolver uma nova cultura, integrar as novas gerações no ideário da sociedade moderna e socializar de forma sistemática o conhecimento científico.

De acordo com o exposto acima, é possível afirmar que a escola nasce como uma instituição gratuita, universal, para fins de aprendizado de todos os sujeitos, porém com o

surgimento da sociedade moderna, o homem teve que aderir a essa nova modalidade de ensino, onde uns tinham tempo pra se dedicar aos estudos e terem uma instrução crítica para transformação da realidade e outros não deveriam adquirir apenas o conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma profissão.

Desde o início, todavia, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a necessidade de uma educação dual: uma escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e outra pragmática, instrumental e de preparação profissional para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 03).

Nesse sentido, é possível identificar que a educação oferecida aos trabalhadores sempre foi uma educação profissional no sentido de adestrar os mesmos, a serviço do mercado e do capital, que não pense e nem sequer questione o que está sendo imposto, mais que apenas faça seu trabalho com eficiência e qualidade. E para as classes dirigentes uma educação formativa, com conhecimento cultural, ficando assim explícito a contradição que sempre houve com o surgimento da propriedade privada, entre as classes sociais na sociedade.

A educação profissional que se vincula, pois, a uma outra perspectiva de desenvolvimento demanda uma dupla articulação: com a educação básica e com políticas de geração de emprego e renda. A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica e, portanto não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 13).

A educação vem no sentido de formar cidadãos críticos que, intervindo na realidade, possam gerar melhores condições de vida para si e suas famílias, mas para que isso ocorra é necessário que o trabalhador perceba o quanto está sendo explorado, integre-se como classe e liberte-se da opressão do sistema do capital.

A quase universalização do ensino fundamental se efetiva dentro de uma profunda desigualdade intra e entre regiões e na relação cidade/campo. A diferenciação e a dualidade dão-se aqui pelo não acesso efetivo e democrático ao conhecimento. A escola pública dos pobres e /ou dos filhos dos trabalhadores, como demonstra histórica e empiricamente a tese de Algebasile (2004), é uma escola que “cresce para menos” (FRIGOTTO, 2007, p. 10).

É possível perceber que vivemos numa sociedade onde a desigualdade é uma marca muito forte, sendo que aqueles que possuem melhores condições de vida têm a oportunidade

de adquirir conhecimentos, ser alfabetizados dentre outros fatores, restando para as classes menos favorecida um ensino precarizado, sem infraestrutura, com baixa adesão de sujeitos, pois muitos não conseguem passar parte do tempo na escola, porque precisam trabalhar para sustentar suas famílias. Diante dessa questão vemos o quanto à política de educação é focalizada, seletiva e excludente.

Quando Frigotto (2007) se refere à questão “cresce para menos”, é possível percebermos que a escola pública dos pobres ou filho dos trabalhadores, cresce para menos no sentido de que, muitas das vezes, esses sujeitos têm a oportunidade de se matricular em uma escola pública, porém não possuem condições financeiras para garantirem suas permanências, às vezes residem muito longe da escola e, em algumas situações, precisam abandonar a escola pra poderem ajudar suas famílias. A educação para os filho dos trabalhadores é no sentido de prepará-los para o mercado de trabalho, para os filhos da classe burguesa o objetivo é de prepará-los para os postos de direção da sociedade. Diante dessas considerações é possível percebermos o quanto as expressões da desigualdade social, econômica e cultural estão presentes e demarcadas no cotidiano.

No campo educativo, necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável”. Afirmar a ideia de que essa educação por ser básica e de qualidade social, é a que engendra o sentido da emancipação humana e a melhor preparação técnica para o mundo da produção no atual patamar científico tecnológico (FRIGOTTO, 2001, p. 82).

A escola é um espaço institucional onde todos deveriam ter acesso à educação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação deve estar vinculada “ao mundo do trabalho e a prática social”, ressaltando, também, que o artigo 1º estabelece que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, s/p).

A educação precisa ser um processo contínuo na vida dos sujeitos, com a participação dos educadores e a colaboração dos alunos, a educação necessita passar por uma ampla reforma educacional, garantindo assim a qualidade do ensino público, onde o sistema

capitalista não tenha mais o domínio sobre a classe trabalhadora, a sociedade precisa caminhar para emancipação humana, levando-o a pensar criticamente a realidade na qual está vivenciando, rompendo com a alienação que molda o homem para atuar somente no mercado de trabalho, lutar pelos *seus* direitos e por melhores condições de vida apenas para si.

Os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras constituintes da sociedade que subordina o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a consequente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação. É disso que estamos tratando ao afirmarmos a continuidade da luta histórica da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2001, p. 79).

É importante pensar e analisar a escola como espaço de socialização, transmissão de conhecimentos, troca de experiências entre educador e educandos, de relações sociais participação da comunidade, pois somente com uma ação conjunta e coletiva de todos será capaz de transformar o processo educativo.

3 COMO FAMÍLIA E ESCOLA PODEM POTENCIAR O PROCESSO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS

O processo educacional de crianças e jovens é mediação fundamental para seus desenvolvimentos pessoal e social. Devemos, portanto, compreender o papel da família e da escola na formação desses sujeitos.

Trataremos, neste capítulo, sobre a relação entre escola e a família; destacando alguns aspectos importantes no que se refere ao papel e responsabilidades dessas duas instituições, e como as mesmas interagem na busca de um objetivo comum: a aprendizagem das crianças. Segundo Santos e Toniosso (2014, p. 125),

A família passou a ter um papel mais afetivo na formação da criança, enfatizando também a educação como fator importante nas relações estabelecidas. A partir do momento que a infância era reduzida, a criança se via atrelada ao universo adulto, no qual aprendiam as tarefas cotidianas por pessoas mais velhas na condição de aprendizes. Nesse período não havia escolas, as crianças recebiam o conhecimento de forma direta e informal, por meio dos familiares. Dessa forma, a família se torna a primeira instituição responsável pela formação do indivíduo.

Diante do exposto acima é possível concluir que a educação fornecida pelos familiares era uma educação informal, onde ensinavam à criança as tarefas domésticas e não o ensino do letramento etc. A família é um dos primeiros ambientes de socialização em que as crianças tinham acesso.

Nessa nova visão educacional, enfatiza-se o surgimento da escola como fonte de uma educação sistemática, diferente dos saberes aprendidos em casa. A sociologia da educação [...] define educação como sendo uma das atividades básicas de todas as sociedades humanas, pois a sobrevivência de qualquer sociedade depende da transmissão de sua herança, cultural aos jovens. “Contudo o papel da escola na transmissão de conhecimentos está relacionada ao processo sistemático, que visa apenas a transmissão de determinadas ciências, técnicas e conteúdos, sendo assim uma educação formal no processo de desenvolvimento do indivíduo (SANTOS; TONIOSSO, 2014, p. 125).

De acordo com Santos e Toniosso (2014), durante o momento em que os alunos estão na escola, estão ali somente para aprender os conhecimentos teóricos, garantindo o acesso à instrução e a apreensão do conhecimento.

A participação da família na escola é de suma importância para o processo ensino-aprendizagem das crianças e jovens, pois ambas cumprem um papel de educar, porém cada uma delas com sua especificidade. Segundo Loureiro (2017, p. 01):

Família e Escola emergem, assim, como duas instituições fundamentais para promover os processos evolutivos dos indivíduos, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Como tal, deveriam ser contextos aliados e parceiros imprescindíveis, constituindo-se como uma equipa em que as normas, os princípios e os critérios estabelecidos por ambos seguem o mesmo rumo e a mesma direção, criando e proporcionando as condições necessárias, para que os objetivos propostos a atingir sejam efetivamente cumpridos, ou seja, o sucesso escolar e social das nossas crianças e jovens.

É necessário que haja o fortalecimento dos vínculos entre a escola e família para que juntas possam enfrentar todas as dificuldades e contribuir para uma educação de qualidade as crianças e aos jovens brasileiros. Além disso, conforme Miotto (2010, p. 167),

A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. Portanto, ela não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. E, nesse contexto, pode-se dizer que é a família que cobre as insuficiências das políticas públicas, ou seja, longe de ser um “refúgio num mundo sem coração” é atravessada pela “questão social”.

De acordo com esses autores é possível perceber que a família também sofreu mudanças no decorrer dos tempos, quando se fala em família é preciso considerar as transformações sociais, econômicas decorridas ao longo do tempo, sendo que no momento atual temos novos arranjos familiares, onde encontramos várias mulheres como “chefe” de família, diferente de outros tempos onde se considerava como família somente o pai e mãe.

Simões (2014, p. 195) afirma que:

Entende-se por família natural, de origem, biológica ou consanguínea, comunidade formada pelos pais e seus filhos, conjuntamente ou não com avós, netos ou tios, monoparental, a da mãe ou o pai, um sem o outro, com seus filhos, (as famílias monoparentais passaram de 8,6% em 2000 para 12,1% em 2010, de acordo com o IBGE); anaparental, a de familiares sem os pais, constituídas de irmãos, tios, sobrinhos, primos e outros, podendo incluir pessoas sem parentesco, em que a descendência biológica não é essencial e sim o vínculo afetivo; homoafetivas, as constituídas por pessoas do mesmo sexo, que se vinculam por laços de afetividade, de maneira pública, duradoura e contínua, dentro de um contexto familiar análogo ao do casamento; e por família substituta, aquela em que é colocada a criança ou adolescente por meio da guarda, tutela ou adoção.

A constelação familiar não pode ser definida somente pelos vínculos sanguíneos, mas por um conjunto de variáveis incluindo o significado das relações entre as pessoas, sejam elas

sociais culturais etc.; enfim, não existe uma configuração familiar ideal, porque temos várias combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias. Para a garantia desses direitos e da segurança familiar, não importa a forma de como a família é composta, ela deve garantir os direitos dos seus componentes, bem como sua segurança familiar. O artigo 19, da Lei 8.069/90 Dos Direitos Fundamentais, diz que:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Os pais ou responsáveis pela criança contam com a ajuda da escola para desenvolver a educação nas crianças, auxiliando as em suas dificuldades cotidianas, contribuindo assim para que as mesmas se tornem cidadãos atuantes na sociedade.

Loureiro (2017, p. 10) destaca:

De igual modo, também a escola tem sido sucessivamente chamada a reinventar-se nas suas interações com a sociedade, que se pretende educativa e educadora. Procura-se que a aprendizagem seja cada vez mais próxima dos contextos reais da vida, na comunidade, proporcionando ao indivíduo um leque de oportunidades e de possibilidades socioeducativas, que lhe permita compreender melhor a vida e o seu lugar no mundo, reforçar a capacidade permanente de ação cívica e de uma participação ativa enquanto cidadão. Assume-se, assim, que “a missão da escola é ser um laboratório de cidadania e de participação responsável, contribuindo para a criação de criar homens e mulheres que sejam co-autores das suas próprias aprendizagens”

Desse modo é necessário que as duas instituições estejam sempre unidas, para que assim possam relatar as experiências vivenciadas no cotidiano, e também pensarem possibilidades e estratégias para amenizar os efeitos das desigualdades, criarem estratégias para possibilitar a aproximação entre escola, família e educandos, estabelecendo assim a interação dos educandos no ambiente escolar e contribuindo para que essa relação seja coletiva. Segundo Gomes (S/D, p. 10):

Assim, a escola deve viabilizar a participação e a presença das famílias a fim de que participem na vida escolar das crianças. Inserir na rotina escolar diferentes momentos que busquem a presença da família é uma forma de iniciar uma relação de co-responsabilidade e compromisso. Reuniões e eventos comemorativos são exemplos de como a escola pode se aproximar e criar espaços de convivência e reflexão.

Dessa forma essa aproximação entre família e escola, contribui para que ambos percebam a importância da participação, pois a família precisa reconhecer que a educação não

faz parte somente da realidade da criança e do adolescente, mas também da realidade dessa família, onde a escola tem um papel primordial na alfabetização desses sujeitos e a família na condição de ensinar os valores morais, respeito, a integridade, a convivência com as demais pessoas inseridas na sociedade, dentre outras questões.

O professor quando está em sala de aula encontra várias realidades, cada aluno aprende de uma forma, cada um tem sua própria e única história. Ser educador é ter um olhar humano, ver cada aluno como pessoa, não como receptor, é ir além da sala de aula, é preocupar-se com o estudante e cuidar de sua aprendizagem. É preciso que as famílias compreendam isso, que contribuam para que os professores se aproximem da família para compreender seu aluno. É preciso estabelecer diálogo entre professor e estudantes (GOMES, S/D, p. 10).

Diante do exposto, é possível analisar que é preciso que as famílias tenham contato sempre que possível com a direção da escola, professores, etc. Para estarem cientes de que forma podem colaborar com esse processo de ensino aprendizagem e das relações entre as crianças e adolescentes com outros sujeitos.

As relações entre a família e a escola devem proporcionar um ambiente de respeito mútuo, na confiança e na aceitação de suas diferenças, essa relação aproxima os dois mundos, favorecendo a aprendizagem do aluno, pois quando a escola tem o apoio da família obtém maior êxito no seu trabalho. Os alunos sentem maior segurança em quem comanda as ações escolares, participando mais das atividades e aceitando melhor as regras da instituição. A escola deve saber aproveitar o envolvimento da família, estando sempre preparada para recebê-la, aproveitando sua participação para melhor conhecer os alunos e planejar estratégias para o benefício de todos (SANTOS, 2015, p. 07).

Nesse sentido, a escola precisa buscar alternativas para que a família esteja presente nesse processo, pois sabemos que quando a criança começa sua vida escolar, a família, acompanha o desenvolvimento dela, participa de reuniões, das festas comemorativas, conversa com os professores, o pedagogo etc. Quando essa criança já passou da fase de adaptação da escola, os pais acabam se afastando, muitos pela falta de tempo por conta do trabalho dentre outras questões que perpassam a subsistência desses sujeitos.

Então, a escola deve buscar alternativas para que a família esteja presente nesse processo, pois sabemos que quando a criança começa sua vida escolar, a família acompanha seu desenvolvimento, participa de reuniões, conversa com os professores, o pedagogo etc. Quando essa criança já passou da fase de adaptação, os pais acabam se afastando, muitos pela falta de tempo por conta do trabalho dentre outras questões que perpassam a subsistência desses sujeitos. Gomes (S/D, p. 07) destaca que:

Ao se confrontar com a realidade escolar a criança se encontra num ambiente diferente da sua rotina, onde a realidade e as demandas são diferentes das que está acostumada. Para que ela se sinta à vontade e aprenda satisfatoriamente é necessário que haja empenho de todas as pessoas de seu convívio, e a família é a principal chave para que se abra o caminho de uma educação de qualidade.

É necessário que haja uma compreensão da família no sentido de entender que eles precisam ocupar esse espaço, para garantir melhorias na educação pública, através do diálogo buscar alternativas para sanar as dificuldades enfrentadas no cotidiano dos professores, direção da escola, participarem da elaboração de projetos na escola contribuindo assim com as problemáticas da instituição de forma efetiva e que a escola leve em consideração as particularidades de cada família envolvida nesse processo. Conforme Santos (2015, p. 07),

A participação da família na escola não deve ser somente para soluções imediatas de problemas, mas para discussões entre as mais diversas situações que envolvem o cotidiano escolar. A escola deve oportunizar a todos a participação e envolvimento, não podendo ser uma possibilidade de alguns privilegiados, visto que todos têm o direito de ouvir e expor opiniões, mas para isso é preciso repensar as particularidades dos sujeitos envolvidos.

Ou, ainda, como diz Loureiro (2017, p. 06),

Desta forma, e para que a parceria escolas-pais seja sustentada por uma ligação mais efetiva, será preciso que a escola crie oportunidades de participação à família e à comunidade, permitindo o seu envolvimento nas suas atividades, sem quaisquer reservas. Nesta correspondência, cabe aos pais mostrarem uma postura de abertura assim como estarem disponíveis para estabelecer e manter, de verdade, essa relação.

Nesse contexto, é possível dizer que é de suma importância essa ligação conjunta entre família e escola, pois é através dessa participação constante de ambas que as crianças e os adolescentes vão percebendo essa ligação se tornam cidadãos mais responsáveis e dessa forma contribuem pela diminuição das taxas de repetência e evasão. Muitas das vezes é difícil a participação e contribuição dos pais no ensino/aprendizagem por falta de tempo, as reuniões escolares em algumas escolas acontecem muito cedo e diante da situação de trabalho de muitos, esses não podem comparecer, é necessário que se a família não pode colaborar com essa participação mais ativa na instituição escolar, é preciso que a mesma contribua ajudando a criança e o adolescente nas atividades extraclasse, verificando o caderno dos filhos, sempre que possível auxiliá-los nas atividades, mantendo sempre o diálogo para saber como está sendo a relação educador e educandos e suas relações com os demais indivíduos da sociedade. Segundo Aires e Oliveira (2018, p. 04):

A escola também é de fundamental importância na vida de um indivíduo sendo responsável pela educação formal ou acadêmica, dando continuidade à educação familiar e tem o papel de escolarização, com a preocupação central voltada para o ensino-aprendizagem. É na escola onde a criança tem seu segundo contato de socialização passando a interagir em um espaço amplo. Só com a industrialização que passou a surgir às escolas com de Educação Formal e os pais começaram a ter uma preocupação maior com a educação de seus filhos. Com isso passaram a diminuir o número de filhos para melhor atender a necessidade de cada um garantindo-se assim um bom futuro.

Desse modo, assim como referido por Aires e Oliveira (2018), é de grande importância a participação da família na escola, ressaltando que a escola não tem só a função de ensinar a criança e o adolescente somente a ler e escrever, as tabuadas, etc. Mais que isso é preciso formar cidadãos ativos na sociedade, para que possam fazer uma leitura crítica da realidade de forma a transformá-la.

É preciso atentar para algumas questões vivenciadas no cotidiano das famílias, é possível observar que muitas das famílias não fazem o acompanhamento e nem se envolvem com a escola dos filhos, diante do contexto socioeconômico na qual está inserida, pois muitas das famílias precisam se dedicar a as suas atividades laborais, dificultando assim uma participação em uma reunião da escola, dentre outras atividades. Loureiro (2017, p. 04) afirma que:

Confrontados com estas realidades e a par das necessidades de um maior investimento na educação das crianças, os pais procuram criar situações empreendedoras de comunicação e de envolvimento alternativas, ao mesmo tempo que almejam que as escolas valorizem, de igual modo, estas dimensões educativas. As expectativas das famílias perante os serviços prestados pelas escolas são, nomeadamente, de caráter social e pedagógico, crendo que as escolas irão ajudá-las a resolver os seus problemas quotidianos e atender ao bem-estar dos seus filhos, assim como irão colaborar nos seus percursos académicos de forma duradoura e inequívoca.

A cada dia que passa as crianças e os adolescentes permanecem mais tempo nas escolas, complexificando o processo educativo, uma vez que é difícil atribuir exclusivamente à escola este papel. Nessa perspectiva afirma Aires e Oliveira (2018, p. 04):

As funções da família são repartidas com outras instituições socializadoras como, por exemplo, a escola. As crianças estão cada vez mais cedo indo para a escola devido ao fato das mães se ingressarem no mercado de trabalho. Indo para a escola a criança se socializa, tem autonomia e pertence a um grupo social. Mesmo assim os pais devem estar presentes na educação dos filhos, pois são os primeiros modelos, que as crianças se espelham.

A família tem uma importância fundamental no processo de formação educacional da criança e dos jovens, ainda que essas crianças e jovens estejam inseridas em sistemas de ensino considerados de “excelência”. Dessa forma, não se pode atribuir somente para a escola a responsabilidade de educar, esta somente tem o papel de ajuda na complementação dessa educação, ou seja, assim a ajuda e colaboração de ambas são fundamentais no processo de aprendizagem da criança e do adolescente.

De acordo com Gomes (S/D, p. 08):

A participação dos pais na vida escolar qualifica o trabalho da escola e demonstra a importância da criança a importância que ela tem “Muitas vezes a culpa da baixa de rendimento escolar está nos pais e não na escola” (WEIL, 1960, p.49). A família precisa reconhecer que a educação escolar faz parte não apenas da realidade da criança, mas também da realidade da própria família.

O ato de educar é um ato contínuo, e não restrito somente a escola, pois possui um caráter educativo aos atos civilizados que corresponde à vida nas cidades com o surgimento da propriedade privada, e também possui um papel político enquanto formação para a cidadania na vida dos sujeitos. Nesse sentido podemos concluir que é necessário o envolvimento e cooperação de todas as pessoas nesse processo educacional, família, professores, comunidade, movimentos sociais, instituições dentre outros.

3.1 A família na formação social da criança e do adolescente

A família tem um papel muito importante na formação da criança e do adolescente, sendo que o conhecimento dos valores e práticas educativas é ensinado em casa, dessa forma esses ensinamentos terão rebatimentos diretos no ambiente escolar e na sociedade onde os mesmos estão inseridos. Tais valores, vivenciados no ambiente familiar, contribuem significativamente para a formação do caráter da criança, para a sua socialização e para o aprendizado escolar. Na sociedade atual, é cada vez mais significativa a participação dos pais na formação e na educação de seus filhos. Mas esse papel não se limita apenas aos pais, também aos demais membros da família.

Segundo Kaloustian (1998 *apud* SANTOS; TONIOSSO, 2014, p. 127):

No Brasil, a família passou por muitas mudanças, desde a colonização escravocrata, que prevaleceu até o século XIX, até as transformações causadas pela modernidade e industrialização. Kaloustian (1998) ao organizar um estudo sistemático relacionado

a esta temática aborda a família como sendo a instituição diretamente ligada à proteção integral da criança e do adolescente, já que será a partir das relações familiares que o indivíduo iniciará sua convivência social e cultural no seio da sociedade.

Nesse sentido, é possível afirmar que é através da vivência no ambiente familiar que os sujeitos vão aprendendo a lidar com as diversidades, enfrentando situações que demandam diálogo entre os sujeitos e dessa forma se tornam cidadãos atuantes na sociedade. De acordo com Santos e Toniosso (2014, p. 127-128):

Na perspectiva educacional, a família desempenha uma função importante na educação formal e informal. A instituição família, bem como a instituição escolar, são ferramentas primordiais no desenvolvimento social, emocional, cultural e cognitivo do indivíduo, ao mesmo tempo em que são transmissoras do conhecimento e dos valores éticos culturais.

Dessa forma é possível afirmar que é de suma importância o trabalho da família na vida cotidiana da criança e adolescente, onde a mesma tem um papel fundamental no desenvolvimento afetivo, emocional, e na transmissão de conhecimento, condições de sobrevivência desses indivíduos, etc.

É preciso atentar para algumas questões vivenciadas no cotidiano das famílias. É possível observar que muitas das famílias não fazem o acompanhamento e nem se envolvem com a escola dos filhos, diante do contexto socioeconômico na qual está inserida, pois muitas das vezes muitas famílias precisam se dedicar as atividades laborais, dificultando assim uma participação em uma reunião da escola, dentre outras atividades. Loureiro (2017, p. 04) afirma que:

Confrontados com estas realidades e a par das necessidades de um maior investimento na educação das crianças, os pais procuram criar situações empreendedoras de comunicação e de envolvimento alternativas, ao mesmo tempo que almejam que as escolas valorizem, de igual modo, estas dimensões educativas. As expectativas das famílias perante os serviços prestados pelas escolas são, nomeadamente, de caráter social e pedagógico, crendo que as escolas irão ajudá-las a resolver os seus problemas quotidianos e atender ao bem-estar dos seus filhos, assim como irão colaborar nos seus percursos académicos de forma duradoura e inequívoca.

Na constituição de 1988, foram incluídos artigos que descrevem alguns direitos dos cidadãos, e apresenta a importância da participação dos pais na vida da criança e do adolescente, na educação formal incentivando e acompanhamento o desenvolvimento do indivíduo.

Art.227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...)

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (BRASIL, 1988, s/p).

Diante do exposto acima, o Estado e a sociedade civil também possuem um papel importante no diz respeito ao processo educacional dos indivíduos.

Além dos artigos acima que identifica a responsabilidade da família, sociedade e Estado no acompanhamento dos indivíduos, temos também o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que reforça nos seus artigos o dever da família.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável

V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; (BRASIL, 1990, s/p).

Dessa forma é necessário que os pais e responsáveis garantam a permanência dos seus filhos na escola, bem como também participem de todo processo escolar dos mesmos, articulando os estudos aos seus processos de desenvolvimento social. Quando os pais participam da vida escolar dos filhos, estes se sentem apoiados, acolhidos, pois sabem que podem contar com a família nesse processo de aprendizagem.

A educação escolar é muito importante para a formação de uma pessoa. É sem dúvida o caminho para um futuro melhor, e cabe à família assegurar que a criança se desenvolva satisfatoriamente na escola. Segundo Gomes (S/D, p. 08):

Para que isso aconteça é importante que a família: acompanhe a criança até a escola sempre que possível, ajude nos deveres de casa, participe ativamente nas reuniões, conheça os membros da escola, tenha conversas efetivas com professores e demais membros escolares, participe sempre que possível dos eventos escolares, tenha conversas periodicamente com as crianças sobre os acontecimentos escolares, entre outras ações esperadas.

Nessa perspectiva é possível afirmar que o ato de educar, é um ato contínuo, e não restrito somente a escola, pois possui um caráter educativo aos atos civilizados que corresponde à vida nas cidades com o surgimento da propriedade privada, e também possui um papel político enquanto formação para a cidadania na vida dos sujeitos. Nesse sentido podemos concluir que é necessário o envolvimento e cooperação de todas as pessoas nesse processo educacional, família, professores, comunidade, movimentos sociais, instituições.

Sempre que possível ambas as instituições, família e escola, precisam se reunir para discutir e pensar propostas para um melhor acolhimento das crianças e dos adolescentes, para que dessa forma possam pensar e repensar as particularidades de cada sujeito envolvido nesse processo de ensino aprendizagem. Segundo Santos (2015, p. 07):

A participação da família na escola não deve ser somente para soluções imediatas de problemas, mas para discussões entre as mais diversas situações que envolvem o cotidiano escolar. A escola deve oportunizar a todos a participação e envolvimento, não podendo ser uma possibilidade de alguns privilegiados, visto que todos têm o direito de ouvir e expor opiniões, mas para isso é preciso repensar as particularidades dos sujeitos envolvidos.

Diante do exposto, é necessário que as relações entre família e escola proporcionem um ambiente de respeito das opiniões de todos os sujeitos envolvidos, aceitando assim as diferenças de cada um.

Portanto, uma boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo a criança e o adolescente. A escola deve também exercer sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para que em sintonia, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças. Segundo Parolin (2003, p. 99).

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.

Através do entrosamento das famílias, escola, é possível que todos conheçam quem são os alunos, suas famílias, sua cultura, sua vida cotidiana, favorecendo assim a organização do trabalho a ser desenvolvido em benefício dos alunos e da comunidade. Em relação a essa participação das famílias, é possível que elas tenham um maior entendimento do processo de trabalho realizado pela escola, e da participação no mundo atual.

No que tange ao rendimento escolar, Orth (*apud* PEDROSO, 2004) salienta o nível de relação família-criança, afirmando que, em geral, a um melhor ambiente familiar corresponde melhor êxito escolar e vice-versa, formando-se um círculo virtuoso, pois o êxito da criança é o êxito dos pais; ao contrário, o insucesso constitui também um fracasso para os pais.

O ponto essencial para um sucesso escolar não está na escola nem na família, no professor ou no aluno, mas sim nas relações que entre estes existem:

A investigação confirma que a aprendizagem depende inteiramente de dois fatores: motivação do aluno e bom ensino. Tanto uma como o outro são produtos de uma relação: aquilo a que Seeley chama: a relação produtiva de aprendizagem entre professor e o aluno, entre a escola e a família (VILLAS-BOAS *apud* PEDROSO, 2004, p. 97).

Diante do exposto, é possível concluir que escola e família, possuem o papel de mediadoras no ensino aprendizagem e na formação da criança e do adolescente, entretanto para que haja o sucesso escolar é necessário uma motivação do aluno em se dedicar aos conteúdos repassados em sala de aula.

A família precisa compreender que quando os pais tem uma participação positiva com todos da escola, professores, diretores, pedagogos enfim toda comunidade escolar, é possível perceber que a um interesse maior das crianças e dos adolescentes pelo estudo. De acordo com Loureiro (2017, p. 06):

Dessa forma, e para que a parceria escola-pais seja sustentada por uma ligação mais efetiva, será preciso que a escola crie oportunidades de participação à família e à comunidade, permitindo o seu envolvimento nas suas atividades, sem quaisquer reservas. Nesta correspondência, cabe aos pais mostrarem uma postura de abertura assim como estarem disponíveis para estabelecer e manter, de verdade, essa relação.

De acordo com Loureiro (2017), é necessário que a escola crie oportunidades para a participação da família, permitindo que os mesmos possam participar dos projetos pedagógicos da escola, conselho de classe, ou seja, buscando estratégias para que os mesmos possam acompanhar o desenvolvimento dos filhos, sendo assim é preciso que a família também se comprometa a estabelecer esse vínculo, pois não adianta a escola criar oportunidades para que os pais participem, sendo que os mesmos não evidenciem interesse.

Freire (1997, p.25) lembra que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Temos que estar cientes disto, aprendemos a medida que ensinamos, ensinamos na medida que aprendemos, o educador aprender ao ensinar, as famílias devem saber que também aprendem ao ensinar as crianças, ao

componha-los à escola, ao ajuda-los a crescer. E estar atentos às possibilidades de aprender com as crianças é fundamental (GOMES, S/D, p.12).

Diante de todas as colocações acima, é possível afirmar que a relação da família/escola é de suma importância na formação social, no desenvolvimento e aprendizagem da criança e do adolescente, sendo que é preciso um ambiente saudável, dos filhos e da escola, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformada onde a família e escola possam estabelecer uma relação de colaboração, incentivando e acompanhando o desenvolvimento, por um ensino de qualidade, diminuindo o índice de evasões e repetências escolares. Cabe a família a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho da escola, auxiliando os filhos para que obtenham o sucesso escolar.

3.2 A relação professor/família: O papel do professor e a relação com a família

Diante de todas as discussões realizadas acima se faz necessário trazer ainda neste capítulo qual o papel do professor e qual a relação com a família. Sendo que a relação entre as crianças e o adolescente e a família precisa se dar através do diálogo e presença física dos pais na instituição, o professor, quando em sala de aula, encontra várias realidades, cada aluno aprende de uma forma, cada um tem sua própria história. Por isso, através da relação conjunta, o professor pode conhecer melhor seu aluno. É preciso estabelecer diálogo entre professor e estudantes, reconhecendo que:

Dialogar com uma criança e um adolescente não significa abdicar da autoridade: significa instaurar um pensar crítico; mostrar sensibilidade e abertura para compreender o outro; ter confiança na sua capacidade de compreensão; estar disponível para criar novas soluções; considerar os fundamentos teóricos da educação; transmitir o conhecimento e a interpretação do mundo (SZYMANSKI, 2009, p. 13).

De acordo com Gomes (S/D), somente através dessa relação entre ambas as partes é que o professor terá como se aproximar dos alunos, estabelecendo assim uma boa relação entre aluno e professor, sendo possível o professor compreender o aluno sobre vários aspectos de sua vida bem como, a sua relação com a família, dentre outras questões.

A família deve compreender que sua participação positiva na escola, com professores, diretores, pedagogos enfim toda comunidade escolar, torna possível um interesse maior das

crianças e dos adolescentes pelo estudo. Marques (2002 *apud* LOUREIRO, 2017, p. 06) afirma que:

(...) Os pais se envolvem na educação dos filhos, estes alcançam um melhor aproveitamento escolar. Para além disso, um conjunto de outras vantagens provenientes do envolvimento das famílias na escola são refletidas: aumenta a motivação dos alunos pelo estudo; ajuda os pais a compreenderem melhor o esforço dos professores e a desempenharem melhor os seus papéis; melhora a imagem da escola e reforça o prestígio profissional dos professores, que assim se sentem mais motivados para melhor desempenharem as suas funções.

Na contemporaneidade, nos deparamos com algumas situações em relação à participação da família na escola, sendo possível observar que muitos pais não sabem de que forma podem auxiliar os filhos no ambiente escolar:

São as famílias de nível socioeconômico e socioeducativo mais vulneráveis as que mais dificuldades demonstram para colaborar com a escola, em prejuízo para os educandos – por exemplo, alguns pais têm dificuldades em perceber como podem apoiar os seus filhos no processo educativo, com certas explicações e/ou ajudas nos trabalhos de casa (DAVIES, 1988; DELGADO-GAITAN, 1990; JACINTO, 2006; PEREIRA, 2012 *apud* LOUREIRO, 2017, p. 10).

Diante do exposto, é possível perceber que a uma grande dificuldade da família em colaborar de uma forma efetiva no ensino aprendizagem da criança e do adolescente, visto que muitos nem possuem instrução para poder auxiliar os filhos nas atividades extraclases, entretanto é necessária a compreensão da escola e professores perante as dificuldades apresentadas pelas famílias e buscando alguma forma para que essa família possa participar desse processo, como por exemplo, dialogando com os pais para que eles possam cobrar dos filhos maior dedicação aos estudos etc. Loureiro (2017, p. 11) discorre que:

Cabe, então, aos professores e a toda a comunidade educativa em que se integra a família, favorecer a mudança e a compreensão, contribuindo para o bem-estar presente e futuro das nossas crianças e jovens. Alguns professores, embora eventualmente com uma limitada preparação e poucas orientações para trabalhar com as famílias, ainda assim desempenham um papel fundamental como profissionais da educação e agentes de promoção da aproximação da escola aos pais, tendo em conta as suas diferentes realidades sociais. Investir em ações de sensibilização e formações profissionais adequadas, integradas, nas temáticas e desafios do mundo, dirigidas a toda a comunidade educativa que faz parte da escola, a fim de ajustarem e elevarem o seu capital cultural e nível de informação e conhecimentos, para melhor chegarem às famílias e aos alunos. Para tal, a escola afigura-se como num local por excelência para trazer até si a família, dado encontrar-se numa posição favorável para o fazer.

De acordo com Loureiro os professores e a escola devem buscar formas de amenizar os efeitos da desigualdade tão presente nas escolas e na realidade das famílias, é necessário que eles estejam preparados para lidar com as famílias. Ainda segundo Gomes (S/D, p. 11):

O professor tem como papel educativo ajudar na construção do conhecimento e a herança cultural, além de contribuir para o desenvolvimento das inteligências, da socialização e cidadania, ou seja, o professor como profissional precisa ter um olhar no qual possa compreender o indivíduo sob vários aspectos: sua história de vida, contexto social e familiar do qual faz parte, seu desenvolvimento cognitivo, biológico e emocional, entre outros aspectos constitutivos do sujeito.

Segundo Gomes (S/D), o professor deve contribuir no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes de forma a promoverem a socialização dos mesmos. Sempre que possível dialogar com os alunos para um melhor entendimento de seus contextos sociais, quais são as maiores dificuldades enfrentadas por eles no que diz respeito ao ensino, de que forma esse professor pode contribuir para que os mesmos entendam de uma forma mais clara o conhecimento transmitido em sala de aula. Ele ainda destaca que:

A educação é necessária a todos, e se efetiva em nossa vida desde o nascimento até a morte. É para a sobrevivência do ser humano, para o desabrochar da, na e para a sociedade, é para melhorar a sobrevivência humana, e o educador deve saber o quanto é responsável por esta educação. Segundo Gadotti, “só aprendemos quando colocamos emoção no que aprendemos”. Por isso é necessário “ensinar com alegria”. Assim os professores e as famílias devem se colocar no lugar das crianças para tentar melhorar a aprendizagem, ensinar, educar com sentimentos é de extrema importância, as crianças necessitam dessa educação, dessa ligação que envolve sentimentos, pode ser difícil com todos os alunos, mas deve-se fazer o possível para construir vínculos (GOMES, S/D, p. 29).

O professor precisa estar bem preparado, porém demanda muito mais que só a sua vontade de atuar, demanda políticas públicas para que os sujeitos de cada instituição percebam suas atribuições quanto o papel de educar. O trabalho do professor por si só já possui muitas atribuições durante o tempo em que ele está lecionando, e dessa forma os pais acabam despercebidos quanto as suas funções. A educação de modo geral, fica a carga mais da instituição escola, o que não poderia ocorrer, já que a instituição familiar é o alicerce de valores e cultura do indivíduo. Tiba (2006 *apud* LOPES *et al.*, 2016, p. 26) aponta que:

A escola precisa alertar os pais sobre a importância de sua participação: o interesse em acompanhar os estudos dos filhos é um dos principais estímulos para que eles – alunos – estudem. É importante a participação dos pais nas reuniões escolares que todos os meios para convocá-los são válidos: recados na agenda, correspondência, telefonemas, e-mails ou mesmo o sistema “boca a boca”. Cada escola pode utilizar o meio que julgar mais suficiente.

De acordo com os autores referenciados acima é possível concluir que os professores possuem várias atribuições durante todo processo de formação e aprendizagem da criança e do adolescente, e muitas das vezes recaem totalmente sobre eles a tarefa de educar, ou seja, a família não participa de forma direta, já que é na família que a criança tem seu primeiro contato, onde aprende com os pais os princípios de valores, culturais, a socializarem com as demais pessoas ao seu redor. De acordo com Santo (2007 *apud* ASSIS; LUCA, 2009, p. 205):

O que o conjunto da sociedade, em especial dos educadores, deseja é uma disciplina ativa e consciente, marcada pelo respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, interação, participação. E isto começa em casa, com os pais, que tem que transmitir o saber fazer à criança. Eles são os primeiros modelos.

Através das dificuldades apresentadas em sala de aula pelos alunos, é preciso que os professores solicitem aos pais a presença na instituição, mas não somente quando o desenvolvimento ou o comportamento disciplinar dos alunos apresenta problemas. Carvalho (2004 *apud* ASSIS; LUCA, 2009, p. 206) destaca que:

Muitos professores entram em contato com os pais dos alunos somente quando esses apresentam dificuldade de aprendizagem ou de comportamentos. Assim, é importante que os professores sempre mantenham contato com os pais dos alunos, que devem procurar participar mais ativamente da vida acadêmica, que possam contribuir tanto para o seu desenvolvimento escolar quanto para a detecção de possíveis dificuldades de aprendizagem, muitas das vistas pelos pais como responsabilidade da escola.

As reflexões acima permitem concluir que é fundamental o diálogo e a aproximação dos professores com a família, onde os mesmos tenham conhecimento do quanto eles são importantes na formação das crianças e dos adolescentes, percebendo tratar-se de uma dinâmica muito ampla e, também, complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desse trabalho buscou-se fazer um resgate histórico de como se iniciou o processo de educação na sociedade capitalista, logo em seguida foi feita uma breve reflexão da história da educação no Brasil, foi feita uma análise da discussão de alguns autores brasileiros em relação ao processo pedagógico de educação, como Saviani, Freire e Frigotto, e diante desse apanhado de discussões foi possível fazer uma interlocução e entender como a família e a escola podem potencializar o processo educacional de crianças e jovens brasileiros.

Foi possível analisar no decorrer desse trabalho que a relação escola/família, de acordo com as bases teóricas utilizadas, é de suma importância para o desenvolvimento escolar da criança e dos jovens, pois o envolvimento da família na escola contribui significativamente no progresso do aluno. Ressaltando que é preciso levar em consideração a sociedade na qual os sujeitos e a escola estão inseridos.

A educação deve ser tomada como um dos mais complexos processos constitutivos da vida social, onde possa compreender que sob o capitalismo se organizou e que através do diálogo e da conscientização da importância da mesma na sociedade, é possível propor estratégias para uma transformação da realidade em busca da emancipação política dos sujeitos. A participação da família no processo de ensino aprendizagem tem pontos positivos, sendo que diminuir o índice de repetência e evasão seria um fator muito positivo, possível perceber mudanças no comportamento das crianças e jovens, por isso é primordial a relação família e escola.

Portanto, a interação família e escola resultam em progresso no processo de aprendizagem da criança e do adolescente, contribuindo assim para a inserção desses indivíduos na sociedade, tendo em vista que os mesmos precisam estar preparados para superar as dificuldades e transformar a realidade. É muito importante que os pais mantenham contato, sempre que possível, com a instituição, para que através do diálogo sempre tenham uma boa relação, favorecendo assim o sucesso escolar de suas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AIRES, Isabela A.; OLIVEIRA, Tiago R. de. Família e escola: A interação entre as instituições familiar e escolar no processo educativo do indivíduo. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, N°:18 - Vol. 02, 2018. Disponível em: <<http://revista.univar.edu.br>>. Acesso em: 08/07/2018.

ASSIS, Alice; LUCA, Vagner A. de. A influência dos pais na aprendizagem das crianças. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v.12, n.2, p. 199-208, maio/ago. 2009.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 08/07/2018.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 08/07/2018.

FREIRE, Paulo. ILLICH, Ivan. **Diálogo**. Buenos Aires: Búsqueda, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

_____. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Vocational Education and Development. In. UNESCO. **Internacionl Handbook of Education for Changing World of Work**. Bom, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1 307-1319. - Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, com o patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, janjun. 2001.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, vol.28, no.100. Campinas, Oct., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300023>. Acesso em: 08/07/2018.

GADOTTI, Moacir. **Educação brasileira contemporânea: desafios do ensino básico**. 1997. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/3393>>. Acesso em: 08/07/2018.

GOMES, Rejane G. **O lugar da família no desenvolvimento escolar da criança: um estudo exploratório.** S/D. Disponível em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/-10869/1242/2/tcc-O%20lugar%20da%20fam%C3%ADlia%20no%20desenvolvimento%20escolar.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

LOPES, Daniela A. B.; OLIVEIRA, Jeieli L. da S.; SANTANA, Fabiola; SÃO PAULO, Kelvis P. de; BATISTA, Eraldo C. A Importância da Relação Entre Escola e Família no Desenvolvimento Intelectual e Afetivo do Aluno. **Rev. Saberes**, Rolim de Moura, vol. 4, n. 1, jan./jun., p. 20-29, 2016. Disponível em: <<https://facsao paulo.edu.br/uploads/files/artigo%202.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

LOUREIRO, Marta A. **Relação Família-Escola: Educação dividida ou partilhada?** 2017. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/16476711623414ab?projector=1&messagePartId=0.19>>. Acesso em: 08/07/2018.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

MARX, Karl [1818 – 1883]. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. – [4 reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, Istivan. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTO, Regina C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>>. Acesso em: 08/07/2018.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educ. Soc.** vol. 32, no.117. Campinas, Oct./Dec., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000400009>. Acesso em: 08/07/2018.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Fortaleza, 2003.

PEDROSO, Iolanda F. A. **A ausência da família na escola.** Cuiabá: Faculdade Afirmativo, 2004.

SANTOS, Luana R.; TONIOSSO, José P. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 1 (1): 122-134, 2014.

SANTOS, Marisa C. C. Escola e família: A união entre a educação familiar e escolar, para formação do aluno. **Revista Educação no (Con)Texto**: do curso de Pedagogia v.7, n.7, p.1-20, jan./dez. 2015.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis /RJ: Vozes, 1994.

_____. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 1-29.

SCHRAM, Sandra C.; CARVALHO, Marco A. B. **O pensar educação em Paulo Freire. Para uma Pedagogia de mudanças**. S/D. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2>>. Acesso em: 08/07/2018.

SIMÕES, M. G. **Formação Parental em contexto escolar**: Promoção da construção de pontes entre escola e família. Tese de Doutorado da Universidade de Coimbra, 2014.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família / escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2009.



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **Família e escola como mediações no processo de educação social de crianças e adolescentes** de autoria da(o) estudante **Joyce Helena Félix** foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Dr. Alexandre Aranha Arbia
Orientador/a

Mariana, 19 de 07 de 18.